



J O R N A L

Movimento Negro Unificado

Número 25 - Janeiro de 2003

R\$ 1,00

REPARAÇÃO JÁ!

Página 12

XIV Congresso Nacional do MNU



Debate



Coordenação Nacional 2001-2003



Mesa de abertura do Congresso



Mãe Maria



MNU no II Fórum Social Mundial

Q

quilombos

Página 2

C

contra a Alca

Página 5

Z

Zezé Motta

Página 12

Desafios a enfrentar

Com a edição de mais um jornal, o Movimento Negro Unificado - MNU entre as entidades negras de âmbito nacional parece ser a única que, nesses últimos cinco anos publicou um jornal. O importante é que o MNU, através desta sua voz impressa falar da sua atual linha política - a orientação voltada para a ação política - nesses novos tempos de conjuntura internacional pós Conferência Mundial que reascendeu o debate sobre Reparação aos povos da África e povos no mundo dela originários. Nesses tempos onde há um processo político em curso com entidades e articulações negras atuando numa política de frente para a inserção do Movimento Negro no Fórum Social Mundial do próximo ano.

Na verdade esta orientação no MNU, deriva da deliberação do seu último Congresso Nacional que estabeleceu a luta por Reparação como questão estratégica. Assim uma das táticas deve ser a criação de um organismo de âmbito mundial para conduzir a nível internacional a luta por Reparação. A internacionalização da luta com o dia 21 de março considerado data de luta por Reparação. O Fórum Social Mundial de 2003 deve ser o espaço de articulação e debate desta proposta porque estarão presentes representações de todos os continentes interessadas em Reparação.

A ação de articulação não deve se restringir apenas ao âmbito internacional ela deve ser complementada com a incorporação na luta por Reparação das comunidades negras rurais quilombolas e ainda, os povos indígenas para que a luta por reparação venha a ser uma luta fundamentalmente nacional.

Neste contexto as mulheres do MNU têm a cumprir uma função fundamental. Criar, com a articulação das mulheres africanas, as afrolatinas e caribenhas e de outras partes do mundo; uma via complementar da internacionalização da luta por reparação e com as mulheres das comunidades negras rurais quilombolas estabelecer as ba-

ses para a luta nacional por terra e reparação.

Como pode ser observado a inserção no cenário étnico-político do Brasil de uma luta política efetivamente concreta como é a luta por terra e reparação, com certeza o atual movimento negro que a rigor é um movimento "elitista" e urbano, vai ser conduzido para se realizar concretamente a luta por Reparação como um movimento de massa.

Assim sendo, com a aliança étnica negro-indígena com base numa história comum; a do povo negro, arrancado a força da África e subjugado a trabalhar como escravo no cultivo de terras roubadas, e a dos povos indígenas, que tiveram suas terras roubadas pelos escravistas. Estas são as bases do direito em que ambos os povos têm que ser reparados com imediata demarcação das terras indígenas e a titulação ou legalização das terras das comunidades negras rurais quilombolas, remanescentes ou não de quilombos.

Na verdade a luta por terra e reparação, implementadas pela aliança que reúne esses dois povos, têm as condições objetivas para se consolidar como luta nacional. Uma luta de redefinição da nação, construção de uma nova sociedade concreta e por fim a reestruturação do Estado.

Como é fácil perceber esta linha político ideológica do MNU para sermos mais corretos - que coloca a **reparação como questão estratégica**, neste momento atual é o maior desafio que, não apenas o MNU, mas todo o movimento negro vai ter que enfrentar, e esse é também o maior impasse (ou seria um dilema) da militância negra brasileira. As instituições de negros no geral e em particular - entidade da qual a militância negra muito espera - não só não estão, política e ideologicamente preparadas para enfrentar esse desafio, como também não são estruturas orgânicas nas quais os negros devam estar organizados para a luta política que os levem a alcançar os objetivos acima definidos.

Neste pós Conferência Mundi-

al que reascendeu os debates sobre reparação e início de século sobretudo, o combate ao racismo não é mais como há décadas passadas onde o objetivo que a militância negra pretendia alcançar com a luta que travava, estava na conta da abstração. Hoje com a negação do direito a terra e o não reconhecimento ao direito e a reparação, ambas formas concretas de como a ideologia do racismo se realiza materialmente no projeto de nação das elites (brancas) brasileiras, se torna urgente a reestruturação pelo menos do MNU e sua transformação em organização política (amplamente discutido e deliberado no último Congresso), instituição de luta propositiva de projeto político.

O MNU dos dias atuais embora com uma linha política avançada, deve-se reconhecer, ainda é uma entidade com práticas sem consistência política e ideológica e com uma estrutura orgânica devassada que o inviabiliza para a luta política, conclusão a que chegou o seminário nacional (1993), de que "o MNU enquanto entidade não comporta uma disciplina militante capaz de viabilizar tarefas", e que "há uma tendência acentuada (do militante) de atuar a partir de fatos conjunturais".

Assim, quando no Congresso Nacional de 2002, que delibera **reparação como questão estratégica** e por outro lado, delibera-se também que todos no MNU devem se empenhar para sua reestruturação - antes de apressadamente transformá-lo em Organização Política - o que se pretendeu foi dar um tempo para os filiados elevarem o seu nível político e ideológico e ganhar tempo também para que a militância negra que não é do MNU adotem a reparação como questão estratégica e venha a se incorporar na construção de uma Organização Política ampla e portanto mais capacitada para enfrentar com êxito os desafios postos para o Movimento Negro. Desafios a enfrentar nesses tempos de luta política por terra e reparação como luta de libertação nacional.

QUILOMBOS

Comunidades quilombolas traídas por FHC

• por Luiz Alberto*

O presidente FHC vetou totalmente o projeto de lei 129/1995 que regulamenta o direito de propriedade das terras de quilombos e o procedimento de sua titulação, na forma do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, alegando inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público. (DOU - Despacho N. 370 de 13 de maio de 2002)

A aprovação do projeto de lei no último mês de abril, pelo Senado, (proposto inicialmente pela ex-Senadora e atual Governadora do Rio de Janeiro - Benedita da Silva e o ex-Deputado Federal Alcides Modesto, ambos do PT, onde fui Relator e autor do substitutivo aprovado) foi a culminância de uma ampla discussão, iniciada na década de 90, pelas comunidades remanescentes de quilombos, com o apoio dos movimentos negros, das organizações da sociedade civil e de órgãos públicos, a exemplo da Fundação Cultural Palmares, do INCRA e do Ministério Público Federal.

Este ato de FHC, em vetar o projeto de lei, demonstra o descompromisso com as reivindicações do povo negro e os quilombolas em particular, haja vista que nos últimos anos, estas comunidades têm tido dificuldades em regularizar suas terras em razão da ausência de um procedimento administrativo.

Mesmo sendo o legítimo dono dos territórios que ocupam, os quilombolas vivem sob constantes ameaças de invasão e descaracterização de sua cultura e identidade racial africana. O art. 68 do ADTC reconhece esta diversidade, garantindo a proteção aos diferentes grupos formadores desta sociedade, compreendendo as comunidades remanescentes de quilombos enquanto patrimônio cultural brasileiro.

Conforme a Fundação Cul-

tural Palmares já foram identificadas no Brasil quase mil comunidades, compostas por milhares de famílias, e o Governo Federal, até o momento, só reconheceu, através de muita pressão, cerca de 40 famílias.

FHC vetou o projeto alegando entre outras coisas que, diversos artigos do projeto em discussão divergem do que foi estabelecido no art. 68 do ADTC, que confere a titularidade aos remanescentes de comunidades de quilombos e não às comunidades remanescentes de quilombos como fala o texto do projeto. Difícil entender é que os remanescentes dos quilombos se constituem atualmente em verdadeiras comunidades, não podendo ser deixado de serem consideradas enquanto **comunidades remanescentes de organizações quilombolas**.

Não podemos ficar inertes frente à traição e ao engodo. Precisamos nos posicionar, propondo o reexame do projeto pela Câmara Federal. O governo brasileiro participou da III Conferência Mundial contra o Racismo, na África do Sul e se comprometeu em apresentar políticas dirigidas especificamente às populações negras e de superar os problemas originados pelo racismo no Brasil. A única política efetivamente reparatória que consideramos existente no Brasil está no preconizado no art. 68, que precisa ser regulamentado. E se o governo quer provar ter compromisso com a erradicação das desigualdades e injustiças sociais e com a luta pela democratização da terra e pela eliminação do racismo, precisa ser rever sua posição sobre os remanescentes de quilombos no Brasil.

Brasília, 26 de Agosto de 2002.

* Luiz Alberto é deputado federal pelo PT da Bahia.

O jornal do MNU é uma publicação do Movimento Negro Unificado.

Imprensa negra, autônoma, livre e independente.

Sede nacional do MNU: Rua do Curuzu, 101 - 1º andar - Liberdade - Salvador - BA

E-mail: mnu.nacional@bol.com.br

Coordenação Nacional de Imprensa:

Edição e Redação:

Maria Geneci Silveira (RS)

Fone: 054 9972 3159

E-mail: gesilveira@hotmail.com

Jornalista responsável:

Cláudio Wayne DTR-RS 7239

Diagramação e Projeto Gráfico:

Rosane Vargas

Tiragem: 5.000 exemplares

Impressão: Gazeta do Sul



Seminário de Saúde

De 3 a 6 de agosto de 2002, o Grupo de Apoio Pernambués (Ssa-BA) organizou o 1º Seminário da Saúde da População Negra e Sobre a Violência contra a Mulher (fotos acima). A atividade marcou o primeiro aniversário o GAP. As aulas foram administradas por Maria Geneci e Vera Quintana, com todas as despesas custeadas pelo Sindisprev/RS.

Atividades no Maranhão

O MNU participou como co-organizador, em parceria com Núcleo de Base do MNU no Sindoméstico (Sindicato Trabalhadoras Domésticas do Estado do Maranhão), do Seminário das Trabalhadoras Domésticas das Regiões Norte/Nordeste, realizado nos dias 22, 23 e 24 de novembro, no Sítio Pirapora, em São Luís, Maranhão.

Esse evento, organizado pela FENATRAD - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, contou com representantes de Bahia, Maranhão, Pará, Piauí e Pernambuco teve como objetivo a organização e o fortalecimento da categoria na região norte/nordeste.

Por iniciativa do Núcleo de Base do MNU no Sindoméstico, realizamos um curso de Capacitação Multidisciplinar onde são enfocados: Resiliência (auto-estima, autonomia, criatividade e humor); Identidade Étnico-Racial e Organização Sindical ministrado pelo facilitador Adomair O. Ogunbiyi (Coord. Formação e Organização do MNU).

O MNU, no Maranhão, mantém uma parceria com o Sindoméstico contribuindo para: "estimular a sindicalização das trabalhadoras negras inseridas no mercado de trabalho"; apoiar a organização que é desvalorizada socialmente devido sua origem; para "lutar pelo cumprimento e ampliação da legislação referente às/aos trabalhadoras e trabalhadores domésticas/os"; despertar a consciência de todas/os trabalhadoras/es sobre as relações do racismo e a exploração mais geral".

O MNU no Maranhão também já tem agendado contato com o Sindicato da Construção Civil para possível criação de núcleo junto a categoria, ainda neste semestre.

Informe aos militantes do Movimento Negro Unificado

Foi realizado na data de 30 e 31 de maio e 1º e 02 de junho de 2002 no Parque Assis Brasil na cidade de Esteio /RS o XIV CONGRESSO NACIONAL do MNU.

Durante quatro dias os 73 delegados dos 6 Estados presentes fizeram os debates sobre o tema: 500 + 2 ANOS DE EXPLORAÇÃO - REPARAÇÃO JÁ e com a pauta: ORGANIZAÇÃO: uma necessidade imediata

Na certeza de dar novos rumos ao MNU, foi votada a transformação de Entidade para Organização Política.

No dia 02 de Junho foi eleita a nova diretoria, no debate ficou acordado e votada a retirada da figura do Coordenador Geral, transformando-se em diretoria colegiada.

A nova Coordenação saúda os filiados e militantes do MNU, coloca-se à disposição e espera contar com a colaboração de todos(as) para que possamos juntos elevar a Organização e vencermos a luta por uma sociedade socialista, justa e igualitária, onde tenhamos igualdade de oportunidades, respeitando-se as diferenças.

Diretoria colegiada

Coordenadora Nacional de Organização:

Denise Barbosa de Souza - RJ

Coordenador Nacional de Formação:

Edmilton Cerqueira - BA

Coordenadora Nacional de Administração e finanças:

Ivannide Rodrigues Santa Bárbara - BA

Coordenador Nacional de Relações Internacionais:

Adeildo Araújo Leite - PE

Coordenadora Nacional de Imprensa e Comunicação:

Maria Geneci Silveira - RS

Coordenador Nacional de Articulação Política:

Emir da Silva - RS

Coordenadora Nacional de Organização dos Estados:

Leny Claudino de Souza - RJ

SUPLENTES

Jarbas Eugênio Calabar - SP

Júlio César Condaque Gomes - RJ

Fábio L. Pedroso - RS

COMISSÃO DE ÉTICA:

Onir Araújo

Paulo César Anastácio Pereira

Elizabeth do Espírito Santo Viana

COMISSÃO PARA O CONGRESSO DO MNU 2003

Haroldo Antônio da Silva

Edson Conceição de Araújo

Regina Célia Silva de Paiva

Tales Rosa da Rosa

COMISSÃO DE REVISÃO DOS DOCUMENTOS

Yedo Ferreira

Suehy Souza Santos

Onir Araújo

Propostas da Reunião das Mulheres do XIV Congresso do MNU

1º SEMINÁRIO NACIONAL DE GÊNERO NO RIO DE JANEIRO

Dias 22, 23 e 24 de novembro de 2002, no Rio de Janeiro

PAUTA:

Reorganização do MNU e reorganização das mulheres do MNU

Resgate da História das mulheres negras e especialmente das mulheres negras do MNU

Inserção no movimento de mulheres principalmente pela base, levando a

política do MNU no marco das Reparações

COMO:

Participação na Conferência Nacional de Mulheres e 14º Encontro Nacional Feminista no ano de 2003 em Porto Alegre/RS.

Neste Seminário vamos tirar uma política como intervir no 14º Encontro Nac. Feminista.

O RS vai ficar acompanhando as reuniões preparatórias até o Seminário e ficará repassando informações para os Estados.

Mulheres Negras

Aconteceu no Hotel Itajubá - Rio de Janeiro, dias 22,23 e 24 de novembro, o Encontro das mulheres do MNU.

Há mais de um ano que a reparação enquanto processo de relembrar crime da história para que determinado segmento étnico (povo) seja ressarcido (reparado) pelas ofensas trágicas cometidas contra ele, passou a ser tema de palestras, seminários e outros eventos realizados por setores acadêmicos e de movimento social ligados a questão racial no Brasil.

Em decorrência desta “adoção tardia da reparação” por esses setores, um outro fenômeno importante como o de falar aleatoriamente sobre reparação - o fato em si é um fenômeno - está ocorrendo que é o aumento considerável de “especialistas” que agora fazem “palestras” a respeito desta polêmica questão que são as reparações.

O que se observa, contudo é que para os “especialistas” reparação é o mesmo que cotas, mas só que, entre uma e outra não há nenhuma relação. Por conseguinte, com seus equívocos - que não são poucos - acabam confundindo todos os que se interessam pela questão.

As diferenças entre reparação e cotas são muitas, mas duas não podem deixar de serem aqui abordadas.

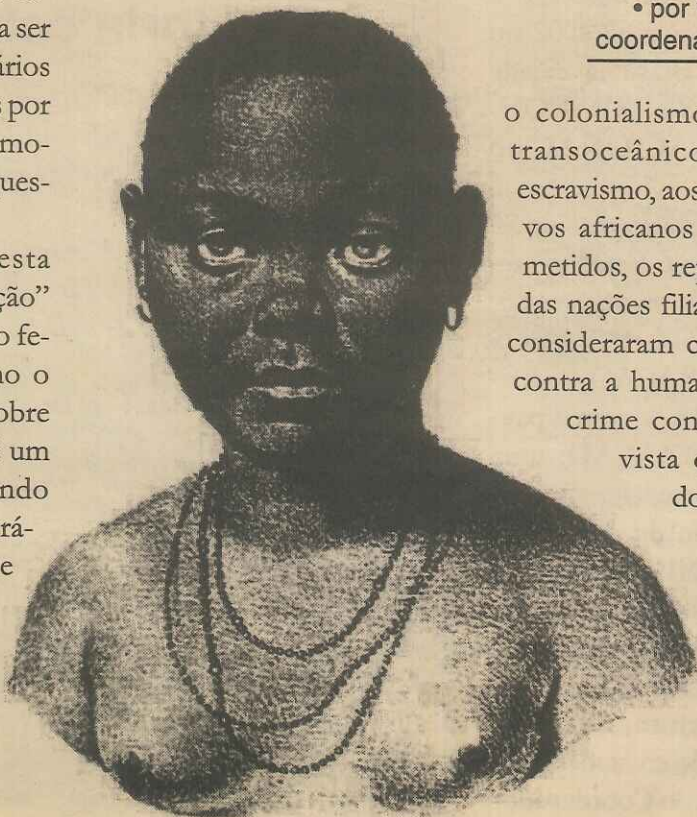
Cotas é um sistema - sistema de cotas - e os seus termos - cada um dos itens que compõem o sistema - tem aceitação em todo o mundo como ação de governo para promover a ascensão social de indivíduos de determinado segmento étnico ou de camada social.

A reparação é conceito. Um conceito formulado por determinado segmento étnico (povo) para ser reparado (ressarcido) de ofensas trágicas, como crime da história, que sofreram. A reparação é ação de segmento étnico (povo) com vista a negociações políticas com um Estado determinado.

Mas, a diferença fundamental entre as duas é que o siste-

REPARAÇÃO: a nova velha questão

• por Yedo Ferreira, fundador do MNU e coordenador Municipal da capital do Rio de Janeiro



o colonialismo, o tráfico transoceânico e o escravismo, aos quais os povos africanos foram submetidos, os representantes das nações filiadas a ONU consideraram como crimes contra a humanidade. Um crime continuado em vista que, efeitos do passado penalizam no presente os povos da África e da diáspora africana no mundo.

Mas reparação não é uma questão nova, não só como anseios e aspirações de africanos e daqueles que descendem da África, como também realizações de eventos sobre reparação, uma vez que eventos a respeito desta questão há anos vem ocorrendo, periodicamente, na África, no Caribe e nos Estados Unidos.

A reparação é importante frisar é o ato de “indenizar do mal ou danos causados a um determinado grupo de um segmento étnico ou camada social, ou a um povo ou sociedade civil”, segundo definição de setor estatal Norte Americano que cuida de reparações aos povos indígenas e outros segmentos étnicos ou sociais.

A partir de definições como acima citadas e não de conceitos, sendo esses fundamentais - existem outras definições inclusive da Igreja Cristã dos Estados Unidos - é que reparação para os descendentes de povos africanos escravizados foi pleiteada, ao que se sabe pela primeira vez, no ano de 1867, nos Estados Unidos,

por Thaddeus Stevens, com a proposição de Reparação da Escravidão.

Quanto a eventos sobre reparações especificamente, temos, no século XX, na década de 90 duas conferências.

A primeira, de título, Conferência Mundial de Reparações para a África e Africanos na Diáspora, realizada em dezembro de 1990, na cidade de Lagos, Capital da Nigéria.

A segunda, de título, Primeira Conferência Pan-Africana sobre Reparações pela Escravidão Africana, Colonização e Neo-Colonização, promovida pela Organização da Unida Africana - OUA e organizada pela Comissão de Reparações da OUA, tendo sido realizada, em abril de 1993, na cidade de Abuja, na Nigéria.

As duas conferências não deixam dúvidas de que além da questão de reparações não ser um assunto novo, existe no mundo um movimento específico de reparação, portanto, debates a respeito não é um assunto que surge a partir da Conferência Mundial contra o Racismo como a maioria da militância negra no Brasil acredita.

Como pode ser observado a matéria é extensa em razão de existir farto material informativo, o que torna impossível passar toda essas informações num artigo de jornal. Neste sentido acabamos de elaborar trabalho sobre reparação e em breve será publicado em forma de cartilha. Contudo, mesmo com uma abordagem resumida procuramos sanar dúvidas sobre reparação e suprir a falta de informação - razão das confusões existentes - para que a militância ne-

gra venha a se interessar pela questão e assim possa contribuir na formulação dos conteúdos do conceito de reparação dos descendentes de povos africanos escravizados no Brasil.

A crítica que fazemos aos “especialistas” é porque os mesmos não tratam a questão com seriedade, na medida que nunca se informaram devidamente, quando, abordar a questão da reparação, requer, antes de tudo, conhecer, não só os seus fundamentos, mas e sobretudo o que se falou e se fez sobre a questão no passar dos anos.

Assim, conhecer os fundamentos da reparação é conhecer a origem da reparação, as suas diversas definições, com conceitos existentes, os pensamentos divergentes entre os povos das nações africanas na África e no Caribe e entre os povos da Diáspora africana nas Américas e também entre as demais regiões geográficas do mundo. É conhecer ainda, os conceitos que outros povos formularam e por conta deles conseguiram estabelecer negociações com determinados Estados nacionais e deles receberam a título de reparação, diferentes formas de compensação financeira e material.

Neste sentido, é importante conhecer também os tipos de reparação que estão sendo pleiteadas pelos povos da África e da Diáspora africana. Por fim não se pode deixar de conhecer a História das Reparações.

Assim é importante conhecer a História das reparações, uma vez que os crimes da história que determinam a reparação tem uma história, a história dos povos oprimidos em luta pela sua dignidade como vítimas e pelo resgate da memória que permita reabilitar os seus antepassados por tudo que sofreram em perdas humanas, culturais e intelectuais durante o tempo em que estiveram subjugados.

Saúde da mulher negra

A OMS define como conceito de saúde o bem estar geral, físico, mental e psicossocial. Saúde tem que ir além da oposição à doença, da ausência da doença.

Ao falar em saúde da mulher negra temos que pensar em todas as formas de opressão, no neo-liberalismo que traz a miserabilidade à mulher negra. Sofre com a discriminação racial, a difícil condição de vida, o desemprego.

Tudo isso traz o stress que acarreta diversos problemas emocionais e físicos os quais afetam as mulheres negras em maior proporção.

As situações de stress podem acarretar doenças cardíacas, depressão, ulcera gástrica, hipertensão e leva ao alcoolismo e a drogadição como tentativas de fuga e de esquecer a tensão por não vislumbrar melhorias de condição de vida.

A discriminação racial faz com que sejam as últimas a conseguir trabalho e as primeiras a serem demitidas, fazendo

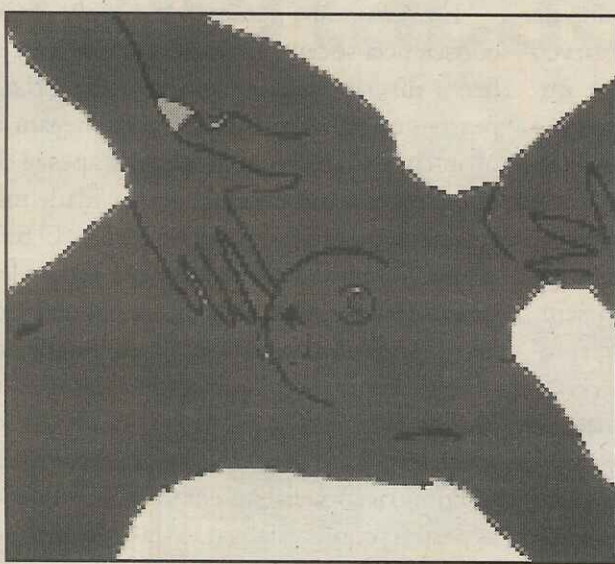
com que muitas venham a sofrer de doenças mentais, devido ao constante sofrimento psicológico.

A mulher negra devido à falta de informação e baixa renda é a maior vítima das doenças sexualmente transmissíveis. A incidência da AIDS tem aumentado muito nas mulheres

negras devido à falta de condições de acesso aos serviços de saúde para diagnóstico e tratamento e antes disso não ter condições financeiras para se deslocar até os locais de distribuição de camisinhas ou mesmo para comprá-las e dessa forma efetuar a prevenção.

A prevenção ao câncer de colo de útero – citopatológico, não é feita, e por isso há uma grande incidência da doença.

O auto-exame para a prevenção do câncer de mama



não é feito devido a falta de tempo, a tripla jornada de trabalho e a baixa auto-estima.

A taxa de câncer de mama é de 12 a 15% inferior nas mulheres negras, embora as negras desenvolvam menos Ca de mama que as brancas, a morte atinge em maior proporção devido à desinformação quanto a prevenção e tratamento. Ex: parar de fumar e fazer o auto-exame. O mioma uterino, apesar de ser tumor benigno pode causar infer-

tilidade, aborto espontâneo e parto prematuro. Com incidência maior em mulheres negras devido ao fato de apresentarem muitas infecções pélvicas.

A violência doméstica que acontece como violência física, sexual e psicológica, com espancamentos, maus tratos físicos e psicológicos (xingamentos, gritos,

ofensas morais) abandono, cárcere privado, tentativas de homicídio e suicídio lotam os postos de saúde e nem sempre temos profissionais de saúde preparados para identificar estas situações de violência contra a mulher, a maioria negras em situação de pobreza que interfere para que tenham uma vida familiar com harmonia.

Em 1996 foi aprovado depois de muita luta dos movimentos sociais, sindicais e do

movimento negro o PNAF que felizmente no RS foi implantado e em outros poucos estados já que o MS argumenta que a implementação fica por conta dos Estados e Municípios, o que dificulta muito o processo.

É preciso ter decisão política e recursos financeiros específicos, por isso a militância do movimento negro, junto com os demais movimentos precisa pressionar o governo federal para que assuma a responsabilidade da implantação do PNAF.

É necessário também que se faça uma maior divulgação do teste do pézinho com corte para a anemia falciforme, a chamada terceira gota. E que tenhamos profissionais treinados para esclarecer as gestantes sobre a importância do teste para verificar se a criança é portadora do traço falcêmico ou de anemia falciforme, doença genética originária da África que veio para o Brasil com os africanos escravizados.

Alca: um alerta

• por Cledi Oliveira

A Alca é uma nova proposta de acordo comercial apresentada pelo governo norte-americano durante a 1ª Cúpula das Américas, reunião dos chefes de nações realizada em Miami em 1994.

O objetivo da criação da Alca é consolidar a influência norte-americana sobre os maiores estados da região, garantindo seu apoio na disputa com outras potências como a Rússia, a União Européia e a China. Ao mesmo tempo, visa consolidar vínculos de dependência jurídica dos outros estados latino-americanos para impedir modificações de política econômica, bem como adotar políticas disciplinadoras dos fluxos dos bens de capital. Estabelecer um território econômico úni-

co nas Américas com livre circulação da mão-de-obra. Gradualmente adotaria o dólar como moeda hemisférica, cujas emissão e circulação ficariam sob exclusivo controle norte-americano.

A Alca foi pensada para beneficiar poucos e prejudicar muitos, por isso o seu andamento se apóia na falta de conhecimento sobre seu significado e no ocultamento da verdade. Para milhões de pobres e indigentes latino-americanos e caribenhos, a Alca caracteriza mais discriminação, maior exploração no trabalho e redução do seu valor social ao simples valor de mercado. No Brasil, por exemplo, a recessão desem-

pregou um grande número de homens que eram bem remunerados e que foram substituídos pelas mulheres, que ganham menos desempenhando as mesmas funções, pois a mulher, para o patrão, significa mão-de-obra barata e produção. A submissão da mulher é fruto das relações desiguais de gênero.

As relações foram construídas na sociedade por meio de instituições da cultura e do sistema, da divisão sexual e social do trabalho. A sociedade construiu com muita sutileza o que é masculino e o que é feminino. Portanto, as desigualdades não são pelo fato de termos nascido ela ou ele, mas sim pelas relações e pe-

los papéis sociais e sexuais construídos social e culturalmente. É compromisso nosso lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, em que as diferenças não funcionem como desigualdades.

O que queremos é fazer um alerta e chamar a atenção de todos(as) no sentido de que, na conjuntura atual, as primeiras a sofrerem as nefastas consequências de implantação da Alca serão as mulheres trabalhadoras e as populações negras, que já sofrem com a discriminação, com o desemprego que as exclui de maneira perversa por conta do modelo neoliberal e recessivo. A mulher negra sempre teve seu ingresso no

mercado de trabalho restrito e competindo de forma desigual em razão de um ideologia racista, procurando sempre excluí-la dos seus direitos; será, com certeza, a mais assolada.

De uma forma objetiva, podemos afirmar que a Alca é um projeto concentrado e repleto das piores propostas contra a América Latina, que atingirá as populações menos favorecidas.

É compromisso do coletivo de mulheres do MNU dizer não à Alca, não à discriminação, não às desigualdades e assumir o compromisso de formar novas consciências, novos valores e fazermos pulsar a solidariedade, o respeito, a dignidade na relação entre mulheres e homens.

A pátria dos ancestrais

Vivemos na maior Nação fora da África, que assistiu mais de 5 milhões de africanos serem escravizados (cerca de 40% de negros serem "arrancados" da África pelo tráfico escravista).

Conforme nos mostra o índice de desenvolvimento humano, as condições de vida dos negros no Brasil de hoje não diferem das condições da África. Temos os salários mais baixos, somos os últimos a conseguir emprego e os primeiros a ser demitidos.

Não vivemos em habitações dignas, os livros escolares não contam nossa história, nossa juventude sofre em decorrência da violência policial e as mulheres negras sofrem uma tríplice opressão... porém, temos uma história de resistência. O negro lutou de forma heróica pela liberdade, nos 400 anos de escravidão;

mas perdeu o orgulho de sua pele, de sua raça. Absorveu o preconceito que lhe foi imposto como meio dominante e acabou assimilando a inferioridade racial, entendendo a pele como elemento causal da escravidão... seus mecanismos de interpretação do racismo sempre foram resultado da interpretação dominante.

O resultado disso é que o negro não transcende a superfície do problema racial.

Reconhecer que a capacidade do negro não está na cor da pele, por isso deve ter ele a oportunidade de mostrar sua sabedoria e inteligência tendo oportunidade de estudar.

A Constituição diz direitos iguais, mas na realidade isto não acontece. Cotas não são discriminação mas sim um recurso para o negro. Ter acesso à Universidade.

Embora tenha aumentado a consciência social e política sobre a discriminação racial, as pessoas estejam mais atentas ao problema, o movimento social e sindical venha assumindo mais a bandeira de luta contra o racismo, pesquisas revelam que o quadro se agravou. Portanto a luta pela igualdade racial será longa e árdua.

No Brasil temos uma admirável legislação de combate à discriminação racial, no entanto as pessoas continuam sendo tratadas não com base no seu mérito, no seu preparo, na sua competência, mas com base na sua cor, na sua raça.

É comum que a cor dos trabalhadores negros e negras te-

nha mais peso que o seu preparo para o trabalho.

Crianças e jovens negros começam a trabalhar mais cedo, apesar da Constituição fixar a idade mínima de 16 anos.

O trabalho prematuro geralmente leva o(a) jovem negro(a) a abandonar os estudos, tendo portanto menor qualificação profissional, permanecendo na prestação de serviços e com isso recebendo os menores salários.

Defendemos Cotas nas Universidades, por serem a forma inicial de dar oportunidade ao ingresso no ensino superior pelos negros e negras, sabendo contudo que aos negros(as) com ensino superior, a discriminação racial se manifesta intensamente

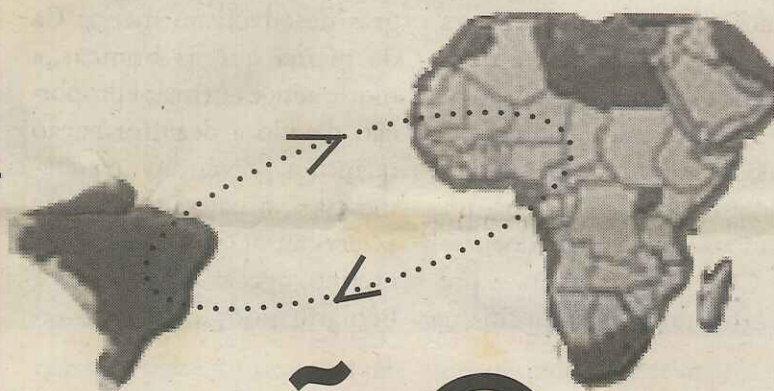
através dos salários que são mais baixos numa mesma função.

A mulher negra no mercado de trabalho enfrenta posição ainda pior que a do homem negro. Seu salário é apenas 30% do salário do homem branco.

Desde 1992 as Centrais Sindicais passaram a elaborar teses em Congressos, criar comissões e grupos de trabalho, desenvolver lutas conjuntas e inserir nos acordos coletivos de trabalho cláusulas de promoção da igualdade racial.

Em resposta à luta dos trabalhadores o Governo Federal criou grupos de trabalho e fez inúmeras promessas que nunca saíram do papel.

É necessário que: Governo, Judiciário, Sindicatos, Movimentos Sociais Organizados, Movimento Negro, assumam a luta contra a discriminação racial como um compromisso cotidiano.



dívida externa

O Brasil e a África NÃO devem pagar

• por Julio César Condaque Soares*

Os governos da África e do Brasil não devem pagar uma dívida, que aprofunda o sofrimento social da maioria da população. Nos anos anteriores, já foram pagos juros e montantes de dinheiro, que superaram os valores dos débitos originais. Hoje esses valores passaram a ser uma peso social para os países pobres de populações africanas e afrodescendentes, que sofrem no mundo com essas políticas neoliberais e dependência externa.

O Brasil foi um dos países que mais absorveu a mão de obra africanas em seu território e o último país há abrir mão do regime escravo. Juntamente com outros países devem cobrar pelo atraso histórico desse povo, africano, e seus descendentes.

Historicamente, no século XIX, com o processo de partilha da África e do novo mundo, feito pelos países da Europa e os EUA, construiu-se uma ofensiva militar, econômica, social e cultural de dividir para explorar e dominar. Produzindo um enriquecimento para as elites.

Os órgãos responsáveis pela agenda do pagamento da dívida externa são o FMI e o BIRD, que estão ligados aos interesses dos setores hegemônicos dos EUA, que buscam sua estabilidade pelo enriquecimento ilícito dos juros da dívida externa e das implantação de seus sócios como grandes empresas, que exigem dos governos nacionais interesses públicos, privatização, biotecnologia, informática, compra de

armas e drogas.

O resultado desta nova escravidão é o acúmulo de riquezas nas grandes empresas, bancos da Europa e dos EUA e milhões de multinacionais no terceiro mundo. Em troca produzem as guerras civis e étnicas em todo continente africano e o empobrecimento, pois temos visto que a fome e a AIDS condenam 50% da juventude entre 15 e 23 anos e agora as crianças.

O Brasil não está salvo deste fato, pois não se modernizou em 8 anos de FHC, ao contrário. Privatizaram, arrocharam os trabalhadores e cresceu a miséria do povo negro. O governo pagou 24 milhões de Reais ao FMI, do dinheiro da Saúde e da Educação.

Hoje a burguesia tem medo do calote ao FMI do próximo presidente e, esquece que esses pagamentos aceleram o rompimento dos dois brasis, Norte e Nordeste e na periferia dos centros urbanos, que hoje tem 52 milhões de indigentes, desempregados, subempregados, sem casa e sem terra. O estado brasileiro tem uma dívida social desde a época da escravidão com a maioria da população negra, mesmo com 113 anos de República não incluiu nos melhores postos técnicos e intelectuais do país.

O caminho é uma organização negra

O caminho para que está discussão seja democratizada, é para nós do Movimento Negro

Unificado (MNU), enquanto organização negra, construímos como uma entidade de massas no Brasil e junto com outras entidades sociais combater o racismo e a entrega do país. Com o povo da periferia, das regiões rurais, os trabalhadores(as), a juventude negra dos bairros e escolas devem discutir saídas para o nosso país através de iniciativas como a do plebiscito e formas de lutas como os comitês da ALCA, aproveitando os espaços das igrejas, Candomblés, escolas de samba, escolas públicas, sindicatos e associações de moradores para denunciar e organizar a população.

* Coordenação estadual do MNU no Rio de Janeiro

20 de novembro Pela libertação do povo negro

• por Edmilton Cerqueira*

Em 1971, o Grupo Palmares, do Rio Grande do Sul, iniciou a discussão acerca da necessidade de resgatar o 20 de Novembro, data em que Zumbi, líder da República Negra de Palmares, foi assassinado pelos brancos colonizadores, como uma data de referência da luta e resistência do Povo Negro no Brasil. Sete anos depois, em 1978, o Movimento Negro Unificado – MNU, lançava um Manifesto instituindo o 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Naquele momento se enterrava, para sempre, o 13 de maio como um dia de libertação. O Manifesto era encerrado conclamando a participação de todos/as para afirmar o 20 de Novembro como o dia Nacional da Consciência Negra, e pregava uma verdadeira democracia racial e a libertação do Povo Negro.

Passaram-se vinte e quatro

anos desde o lançamento do Manifesto que instituiu o 20 de Novembro, sendo que podemos perceber que houve uma real e efetiva participação do Povo Negro na construção desse processo e que o 20 de Novembro é uma realidade em todo o Brasil. Porém, a verdadeira democracia racial e a libertação do Povo Negro é algo ainda distante de se concretizar, necessitando um empenho cada vez maior de todos/as nós para atingir esses objetivos.

Ao longo de séculos o Povo Negro, arrancado à força da África, construiu o Brasil às custas de sofrimento, humilhação, sangue, suor e lágrimas. Cada vez mais se faz necessário que haja REPARAÇÃO ao nosso povo, na África e na diáspora, pelo tráfico e a escravidão, crimes contra a humanidade, conforme resolução da Organização das Nações Unidas – ONU, aprovada na Conferência



Mundial Contra o Racismo, realizado na África do Sul, em 2001.

No Brasil, a nossa luta é nacional e visa redefinir o modelo de nação construído pelos brancos a revelia dos Povos Indígenas e Negro. Como condição fundamental para viabilização desse Proje-

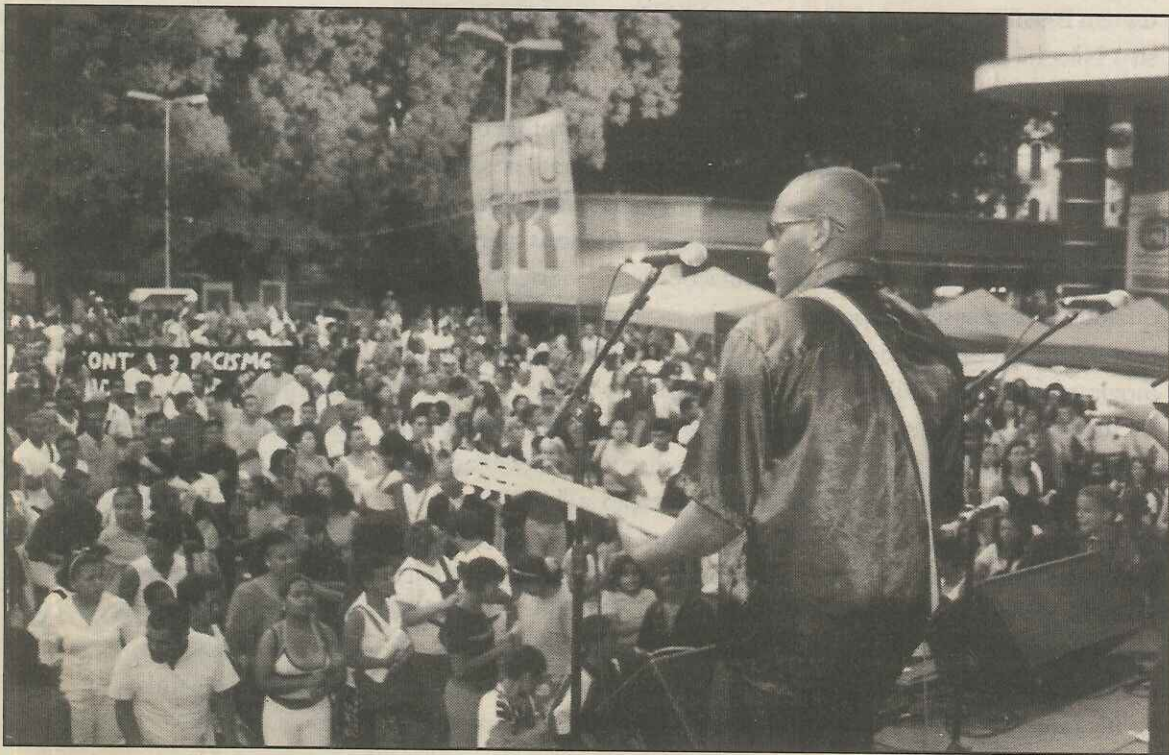
to Nacional, o combate sistemático e a destruição da ideologia racista é uma missão que exige o engajamento do Povo Negro, se constituindo em uma organização política, de caráter nacional, democrático, de massas e revolucionário. É essa necessidade que continua animando, ampliando, consolidando e fortalecendo o Movimento Negro Unificado, num momento em que nos preparamos para completarmos duas décadas e meia de existência, sendo uma das principais referências na luta do Povo Negro no Brasil.

No bojo dessa discussão não podemos perder de vista a luta pela melhoria da condição de vida dos excluídos através de medidas em áreas como a econômica e a social. Outro aspecto importante é a luta para garantir a nossa soberania; ninguém melhor do que o Povo Negro para se

engajar nessa luta, afinal nós construímos o Brasil. Temos que dizer não à Área de Livre Comércio das Américas – ALCA; a construção da Base de Alcântara, que além de ferir nossa autonomia ainda expulsa de suas terras os remanescentes de Quilombos que habitam secularmente aquela área; contra a ingerência do Fundo Monetário Internacional – FMI nos assuntos internos e externos do Brasil.

Precisamos construir um Brasil para todos/as e não só para os brancos, como acontece a séculos. Se, fruto exclusivo da luta do Povo Negro, em vinte e quatro anos conseguimos enterrar o 13 de maio e construir o 20 de Novembro, com certeza atingiremos os nossos objetivos maiores que são a redefinição do modelo de nação e a libertação do Povo Negro.

coordenador nacional de formação (MNU Bahia)



O negro e o cenário político e social

• por Emir da Silva, coordenador nacional de Articulação Política

O Brasil está passando um momento histórico desde a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, onde a luta dos movimentos sociais conseguiu eleger um sindicalista com trajetória na construção da esquerda brasileira através do Partido dos Trabalhadores. Um metalúrgico que liderou a resistência contra a ditadura militar, organizando a luta da classe trabalhadora contra a exploração no mercado de trabalho, e melhores condições de vida. Este nordestino foi eleito Presidente da República com mais de 61% dos votos, vencendo José Serra que representava o governo Fernando Henrique Cardoso. Com esta vitória consolida-se um fato histórico no país, aumentando as perspectivas de mudança nas relações entre o Estado e a sociedade. Para o movimento negro brasileiro as eleições 2002 teve uma situação diferente no que tange a questão racial como tema de debate dos candidatos a presidente.

O Partido dos Trabalhadores através da construção das setoriais regionais lançou em Salvador o caderno "Brasil sem Racismo" que são diretrizes para o programa do governo Lula. Isto reflete um avanço que dá continuidade as resoluções apontadas na Conferência de Durban, na África do Sul. Onde desde então, as políticas de combate ao racismo estão na ordem do dia, com mais intensidade. Pois a própria questão das cotas nas universidades vem gerando uma grande polêmica. No entanto, neste momento devemos avaliar a mudança de conjuntura e os aspectos que influenciarão as relações sociais e econômicas no próximo período. Sendo que as reivindicações históricas da esquerda brasileira e do movimento social estarão sob o seguinte dilema; os conceitos e concepções teóricas, e o pragmatismo da burocracia institucional burguesa. Contudo, a expectativa da população brasileira é positiva em função das propostas assumidas pelo can-

didato vencedor Lula. Pois ele é a principal liderança da esquerda brasileira que sempre combateu e denunciou as desigualdades sociais que assolam o país.

No caso da questão racial, temos uma situação concreta, nós somos a segunda população negra do mundo após a Nigéria e convivemos com um problema histórico. A desigualdade racial oriunda da escravidão, um sistema econômico de exploração humana que espoliou negros e negras, e sustentou o regime colonial durante três séculos. E após 502 anos de Brasil, sabemos que estes foram os motivos que acarretaram a exclusão do povo negro do processo de desenvolvimento do país, bem como o acesso aos direitos básicos de cidadania; saúde, educação, habitação, e emprego. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) vem apontando estatisticamente os dois Brasis, onde podemos constatar por exemplo que 59% da população analfabeta é negra. Então, como será tratada esta questão neste governo? O movimento negro tem neste momento, a condição de avançar na construção política de um processo de articulação nacional para implementação de ações afirmativas com dotação orçamentaria. E de comprometer o governo com a Reparação, assumindo a escravidão como um regime ideologicamente racista, que através do Estado colonial foi o responsável pela exclusão social dos negros. Para que enfrente a questão fundiária como resultado de tal processo, regularizando e reintegrando a posse da terra aos remanescentes de quilombos. E necessariamente revogue o decreto n.º 3.912-10/09/2001 do governo Fernando Henrique Cardoso. No entanto, estamos es-

tagnados na condução deste debate que deveria apontar as perspectivas para esta nova conjuntura. A plenária nacional convocada no dia 16 de novembro pelo CEAP-CONEN foi uma iniciativa proveniente desta necessidade, conseguindo reunir as principais entidades do movimento negro, e os partidos da frente popular. Porém, esta mobilização não obteve um resultado concreto diante das expectativas do encontro. Tanto



que o documento final que deveria ser entregue ao Presidente da República sequer foi concluído, e a comissão responsável pela relatoria não foi acionada.

Desde então repete-se o que vinha acontecendo logo após o segundo turno, a fragmentação de ações individuais dos militantes em Brasília, e em todo o Brasil. Não há rumo, pois no dia 16 de novembro não houve comprometimento efetivo na construção da unidade e na ação conjunta que fortalecesse a nossa luta. A amplitude e a importância desde momento foram reduzidos a interesses de pequenos grupos, condicionando o movimento negro brasileiro a reboque de projetos individuais sob visão limitada. O que exige uma avaliação e uma posição política de todos os setores ali representados.

Além disso, a conjuntura atual estabelece uma agenda de questões emblemáticas da macro-política que definirão aonde es-

taremos e como agiremos diante destes desafios. A luta por Reparação é definitivamente o compromisso com uma nova visão de mundo, onde necessariamente estaremos diante de vários obstáculos conforme a política social e econômica que será adotada em nosso país. O acordo de Cooperação Brasil-Estados Unidos de uso da Base de Lançamentos de Alcântara no Maranhão assinado em 1º de março de 1996 é um exemplo. A cedência de par-

Estado.

Outro fator importante é o recente acordo com o FMI de 30 bilhões de dólares que aumenta a dívida externa. Comprometendo o desenvolvimento econômico do país, e inviabilizando o investimento na área social.

Todas estas questões são importantes para definirmos quais serão os rumos da questão racial no Brasil. Devemos ficar atentos aos desdobramentos de ações governamentais de todas as ordens; seja no combate a fome, salário mínimo, reforma da previdência, reforma tributária, ou reforma política.

Bem como, da posição política desde novo governo e sua visão ideológica das relações sócio econômicas. E diante deste quadro, afirmarmos a nossa posição enquanto movimento negro, que vem construindo a utopia do socialismo de palmares. Pois, a nossa capacidade de pautar o racismo neste país para todos os segmentos da sociedade, é um exemplo relevante do nosso histórico de luta. Produzimos, e formulamos as políticas públicas para comunidade negra para que o Estado promova a sua implementação. E fizemos política no movimento social, praticamente sem estruturas financeiras.

Enfim, estamos na continuidade da resistência e devemos apontar o nosso rumo nesta nova conjuntura. Com certeza, a luta por reparação dará o norte para a nossa ação, e consequentemente nos colocará cada vez mais no movimento social. Pois estaremos contestando este modelo do sistema tradicional eurocêntrico, e propondo uma nova visão de mundo de matriz africana. Neste sentido, o Movimento Negro Unificado vem direcionando a sua linha de intervenção dimensionando que 76,4 milhões de negros e negras vivem numa situação deplorável, e que o racismo é muito maior do que isto, e deve ser tratado com a devida seriedade e responsabilidade de quem realmente tem o compromisso de mudar o país.

Violência urbana e violência racial

• por Elias José Alfredo, militante MNU seção RJ

A violência urbana se generaliza na sociedade brasileira. Analistas sociais apontam diversas alternativas como forma de conter essa situação e inúmeros motivos mediante a cada fato. No entanto, raramente levam em consideração a causa, mas o efeito.

As grandes cidades vivem um estado de guerra civil não declarada, seja por parte do crime organizado, traduzido em situações criminosas do tráfico de drogas, assaltos e seqüestros, seja pelos grupos de extermínio, mantidos e sustentados por empresários, comerciantes ou mesmo policiais em comunidade periféricas das grandes cidades.

Não são diferentes os casos ocorridos em Áreas rurais, onde conflitos entre trabalhadores do campo e matadores de aluguel são rotineiros. Esses conflitos resultam em assassinatos, ora por grileiros que se intitulam donos das terras ociosas, ora por jagunços contratados por fazendeiros para liquidar lideranças organizadas que se destacam à frente da luta pela reforma agrária.

Dentro deste contexto, existe um fator relevante que dificilmente é levado em consideração por estudiosos da Área social. Geralmente o elemento racial é ignorado, seja de maneira consciente ou inconsciente, como denunciam organizações do movimento negro e algumas outras entidades não governamentais.

Principalmente a partir da década de 90, algumas entidades, como o ISER (Instituto Superior de Estudos Religiosos) e o CEAP (Centro de Articulação das Populações Marginalizadas), confirmaram denúncias do movimento negro sobre a existência de uma política de extermínio racial da população negra, através de estatísticas, pesquisas e estudos.

As vítimas dos grupos de extermínio e de polícias em favelas, morros e periferia são, a maioria, jovens que não tinham antecedentes criminais. Soma-se a isso o fato de que a maior parte são assassinadas pelas costas sem direito de defesa. A violência é um dos reflexos da crise do capitalismo, que não responde as demandas básicas dos cidadãos. Cidadãos esses que lutam diariamente para garantir a própria sobrevivência.

O sistema capitalista, em seu estágio de crise mais grave, leva a maior parte dos seres humanos a conviver com situações características da barbárie. Para muitos, a incompreensão original do homem é em decorrência de seu instinto ou como alguns preferem, de sua índole. Desta forma, ignoram as mazelas do sistema capitalista, que leva o homem a recorrer a ações e métodos que, muitas vezes, se sobrepõem a razão.

MNU JUVENTUDE & HIP-HOP

• por Fabio Hip-Hop, Rio Grande do Sul
Juventude Hip-Hop, Grupo de Seguidores

Ao longo dos anos, o MNU tem cumprido um papel político de grande importância para o avanço da luta do negro no BRASIL, tendo em vista que as lutas do movimento sempre foram de combater o racismo, o preconceito e todas formas de discriminação. A JUVENTUDE NEGRA, começa a ter uma participação dentro e fora do movimento.

No MNU os jovens tem como referencia todo o histórico de luta do movimento, que em sua maioria representa a grande parte da juventude, pois pelo simples fato de serem negros pobres e de periferia se tornam o principal alvo do sistema, fazendo com que esses jovens busquem no MNU o devido apoio para exporem sua inquietação e também fazer valer suas propostas e mostrar aos jovens de periferia o que realmente é ser negro na sociedade em que vivemos, e a

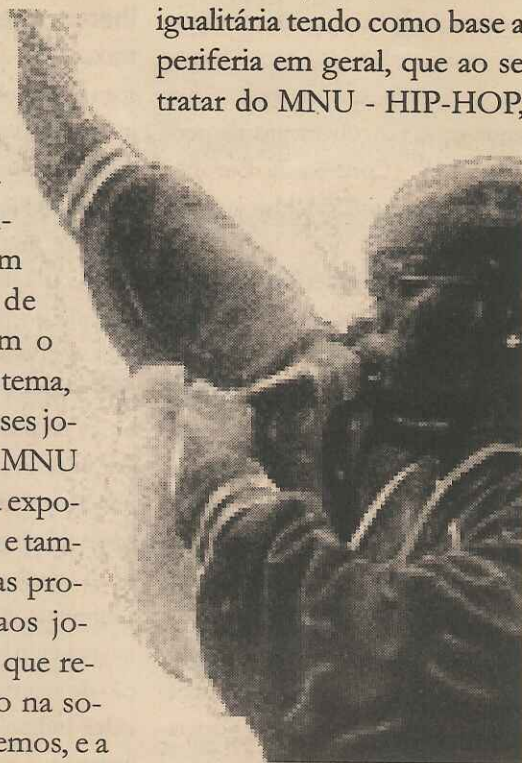
importância de a cada dia se tornarem mais politizados.

Fora do MNU os jovens encaram as mesmas lutas através dos movimentos populares, que se tratando de juventude podemos afirmar que temos como principal referência o movimento HIP-HOP, que sempre tratou de forma revolucionária buscando através das lutas e da história do povo negro, a melhor forma de se lutar por uma sociedade justa, fraterna e igualitária tendo como base a periferia em geral, que ao se tratar do MNU - HIP-HOP,

se identifica com a questão de raça e classe, ou seja, combinar a luta contra a opressão geral aos trabalhadores, pobres e de periferia, mostram que a luta do negro e a da cultura HIP-HOP não são diferentes, tanto na forma política, como na cultura e racial.

Pois o hip-hop e o rap de hoje, são as lutas e os manifestos do passado que evoluíram fazendo com que os jovens se conscientizem, pois sabemos que o jovem consciente não é aquele que manda o seu próprio povo rebolar o popozão e a ainda chama as mulheres de cachorras, e sim aquele que tem um olhar crítico sobre os fatos e acontecimentos não se deixando enrolar tão facilmente.

Podemos assim afirmar que o MNU representa a verdadeira base de sustentação política dos negros e de periferia, que a cada dia que passa se movimenta de uma forma negra e cada vez mais unificada, conscientizando e resgatando os jovens de hoje para que sejam uma forte liderança do amanhã.



**A LIBERDADE SE FAZ COM ATITUDE, E COM ATITUDE SE FAZ A REVOLUÇÃO
UM SALVE PARA O MNU E A TODOS DA PERIFERIA. O HIP-HOP NÃO PÁRA**

Gênero e violência contra a mulher

Gênero – Procura explicar as relações sociais entre Homens e Mulheres. A idéia de que uma construção social do “Ser mulher” é presente na história das civilizações.

- Ao afirmar que a construção social dos gêneros masculino e feminino, coloca que as entidades e papéis não são um fato biológico, vindo da natureza, mas logo construído historicamente e que, pode ser modificado. A construção social dos gêneros tem uma base material (e não apenas ideológica) que se expressa na divisão sexual do trabalho.

- Gênero é um conceito relacional, ou seja que vê um em relação ao outro e considera que estas relações são de poder e hierarquia dos homens sobre as mulheres.

Violência contra a mulher

– A violência contra as mulheres expressa a demonstração do poder dos homens e a idéia de que as mulheres são objeto de posse. A cultura machista, racista, patriarcal, discriminatória e excludente cria e recria a violência contra a mulher ainda nos dias d hoje.

A violência contra a mulher se manifesta de muitas maneiras: Espancamentos, ameaças, insultos, estupro, assédios, assassinatos, mas também em formas sutis de desqualificação das mulheres, como alguém diz que uma mulher é boa profissional, “apesar de ser mulher”.

Violência doméstica – Violência doméstica é aquela que se dá no privado, exercida geralmente por homens aos quais as mulheres tem uma relação afetiva (marido, companheiro, namorado, padrasto, irmãos, tios, etc.).

O que contribui para manter a violência contra as mulheres? – A impunidade dos agressores, a transformação da vítima em ré (a mulher é sempre culpada, é quem provocou, é quem fez por onde). O silêncio das mulheres agredidas, as idéias sobre a inferioridade das mulheres. A violência impune humilha as mulheres e destrói seu amor próprio.

Faces da violência

- Física: Empurrões, cortes, tapas, socos, mordidas, jogar água quente, queimaduras com fogo, ameaçar com qualquer tipo de arma ou

instrumento, ser trancada em casa, deixada sem assistência na gravidez ou na doença.

- Sexual: Ser forçada a ter relações sexuais, a praticar atos sexuais indesejados, impedida de usar contraceptivos. Quando o parceiro se nega a usar camisinha e proíbe a mulher de usar camisinha feminina.

- Moral, econômica e psicológica: Ser impedido de trabalhar e não ter, ao mesmo tempo, a garantia de sobrevivência; ser criticada pelo desempenho sexual, ter seus pertences destruídos (documentos, objetos pessoais, móveis); ser chamada de louca, estúpida, burra, prostituta, gorda, velha, feia; ser ameaçada de morte, acusada de ter amantes, de que não faz nada direito, que não é boa mãe, que não é desejada; ser impedida de cultivar amizades, de sair, telefonar, de se pintar, usar roupa que deseja, de cortar ou pintar o cabelo, as unhas; ser obrigada a ouvir as aventuras amorosas do marido, de que ele sustenta a casa e, portanto, tudo pode; ameaça de separação e de ficar sem os filhos e ainda por cima de que, se dele se separar, ou será morta ou ele cometerá suicídio...

Violência familiar – conceito “Toda a ação ou omissão cometida no seio da família por um dos membros, que despreza a vida ou a integridade física, psicológica ou, inclusive, a liberdade dos outros membros da família, que causam sérios danos ao desenvolvimento da personalidade” (Consejo de Europa, apud Grosman, Mesterman e Adamo, 1989, Pg. 68).

A violência doméstica atinge as mulheres em todas as etapas de sua vida. A lesão corporal é o crime mais praticado, as maiores vítimas são as mulheres com renda até 2 salários mínimos, baixa instrução, negras, com idade entre 18 e 40 anos, sendo que as “donas de casas” constituem 45% das vítimas. Esta realidade reflete somente os casos denunciados nas delegacias especializadas, sendo que as mulheres com maior poder aquisitivo fazem uso de outros instancias de denúncias.

O que é violência sexual?

– É qualquer prática sexual exercida contra a vontade de uma das pessoas sendo que na maioria dos casos, a violência sexual ocorre contra as mu-

lheres, crianças e adolescentes.

Na maioria dos casos é praticado por um familiar: pai, padrasto, companheiro, ou até mesmo, marido. Isso é crime.

O que é estupro? – Código penal - estupro - artigo 213. Constranger a mulher (criança, adolescente) à conjunção carnal mediante violência ou grave ameaça.

De acordo com a legislação vigente, a relação sexual vaginal, quando ocorrer sem o consentimento da mulher, devido a utilização de violência ou grave ameaça, será considerado estupro, independente do homem que a pratique.

O que é atentado violento ao pudor?

– Código penal - atentado violento ao pudor - artigo 214. Constranger alguém mediante violência ou grave ameaça a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal. As relações sexuais nesse caso são as diversas da conjunção carnal (carícias íntimas, masturbação, sexo oral e anal) e portanto, podem ter como sujeito ativo ou passivo homens ou mulheres (por isso a tipificação de alguém), que foram submetidas a essas praticas sem consentimentos, mediante violência ou grave ameaça.

Quais os direitos das mulheres que sofrem violência sexual?

– A mulher tem direito ao registro de ocorrência policial e ao inquérito policial; a realização de exames periciais junto ao Departamento Médico Legal para a comprovação e materialização do crime. Após, o inquérito policial deverá ser enviado ao Ministério Público que oferecerá a denúncia ou enviar o inquérito para novas diligências em busca de provas, ou ainda, arquivar por falta de provas. No caso de denúncia será instaurado o devido processo criminal contra o acusado.

As mulheres tem o direito ao recebimento gratuito de assistência médica com indicação de contracepção de emergência para evitar a gravidez indesejada, no caso das mulheres que não estejam utilizando contraceptivo eficaz. Devem receber profilaxia com antibióticos para as doenças sexualmente transmissíveis (DST) devendo retornar para avaliação clínica, além de quimiopro-

filaxia para AIDS e outros procedimentos e medicamentos. Nos casos em que o estupro resultar em gravidez, a legislação vigente do código penal no artigo 128, permite que seja realizado o aborto.

Assédio sexual – Todo o tipo de importunação ofensiva ao pudor e a tranquilidade de outrem, homem ou mulher, com a finalidade de obter vantagem sexual, implicando em dano ao ambiente de trabalho, a evolução da carreira profissional ou eficiência do trabalho.

Assédio moral no trabalho

- Relações desumanas e aéticas
- Assimetria de poder
- Mentiras, corrupções, cooperações
- Degradação deliberada das condições de trabalho
- Repetitividade de atos de violência moral

Sintomas da violência

– Identificar os sintomas da violência é essencial para enfrentá-la e combatê-la, vencendo a impunidade.

- Sentir-se insegura, na rua, no trabalho, em sua própria casa;
- Ter medo do homem com o qual vive ou é subordinada no trabalho;
- Ser humilhada em público
- Ser humilhada em casa na frente dos filhos ou familiares ou no quarto, às escondidas;
- Ser espancada, muitas vezes junto com seus filhos e filhas;
- Não ter reação nenhuma por medo;
- Ser obrigada a ter relações sexuais;
- Sofrer assédio sexual no trabalho;
- Quando começa a sentir dores generalizada, mal-estar, desânimo, palpitações, náuseas, frigidez, dor na “boca do estômago”, depressão, baixa auto-estima, vontade de sumir, sonolência, além das marcas (hematomas) resultantes das agressões;
- Querer matar quem agride ou pensar em se suicidar.

Conviver com sintomas como esses é ser vítima da violência!

Algumas considerações – Muitos preconceitos ainda “rondam” a violência doméstica e sexual, tornando mais difícil que as mulheres se reconheçam vítimas desses crimes e os denunciem.

Na maioria das vezes existe a desconfiança em relação a mulher que sofreu a violência, suspeitando-se de que ela tenha provocado ou mesmo consentido com a relação sexual. Algumas mães desconfiam das próprias filhas quando estas são abusadas pelo pai ou padrasto.

Por estes preconceitos, muitas mulheres acabam acreditando que são realmente culpadas e assim deixam de pedir ajuda e denunciar quando sofrem algum tipo de violência, por medo de enfrentar uma humilhação ainda maior passam a vida inteira caladas.

É comum os homens iniciarem suas agressões quando as mulheres estão com baixa auto-estima e não se sentem capazes de reagir. Então, a atitude que deve parecer um consentimento com a situação de violência revela uma relação de dependência, uma relação em que estão presentes mecanismos de coerção (repressão, restrição dos direitos).

A dependência, os sentimentos de desvalorização e de culpa acabam fazendo com que a mulher acredite que não há saída ou que a culpa é dela mesmo. Em uma relação afetiva esses sentimentos se misturam com a esperança de que o homem vai mudar, ou com a idéia, bastante comum nas mulheres de que ela é responsável e de que poderá salvá-lo.

Violência é crime e o silêncio é cúmplice da violência!

Onde buscar ajuda

- Na delegacia de Polícia mais próxima ou da Mulher;
- Centro de Referência da Mulher - 0800-5410803
- Postos de Saúde e/ou Hospitais Públicos;
- Conselho Municipal ou Estadual da Mulher;
- Conselhos Tutelares (quando se tratar de criança ou adolescente);
- Defensoria pública;
- Comissão de Direitos Humanos das Assembléias Legislativas ou Câmara de Vereadores;
- Entidades de Mulheres, ONG's de Mulheres.

Bibliografia – Gênero e Sexualidade - SOF/SP, Cartilha THEMIS - Assessoria de Gênero/RS, Cartilha da Mulher - Dep. Jussara Cony, Pesquisa: Vera Quintana - MNU/RS

Aldanir Carlos dos Santos



Filho de família humilde, foi criado tendo que disputar cada espaço possível para não ser tragado pelos problemas sociais que afligem o País e, em particular as grandes cidades como o Rio de Janeiro.

Muito cedo começou a se preparar para o futuro com as oportunidades que tinha e buscou ter uma profissão. Sabia que era o primeiro caminho para superar as dificuldades iniciais e para garantir alguma independência pessoal e financeira.

Entrou para o SENAI onde se formou em técnico de eletricidade.

Em fevereiro de 1979, com dezessete anos, entrou para a Light – Serviços de Eletricidade, então uma empresa Estatal. Lotado no Setor Maturacá (Penba), conquistou respeito profissional e o cargo de Eletricista de Rede que lhe permitiu, além de novos conhecimentos entre os companheiros de trabalho, ter também uma visão crítica dos serviços que são prestados à população.

O próximo passo, em abril de 1981, foi procurar se juntar a outros que acreditavam também na luta por melhores condições para os trabalhadores e associou-se ao Sindicato.

Por considerar que a direção do Sindicato tinha posições duvidosas ou que pouco atendiam aos interesses dos trabalhadores, começou a participar da oposição Sindical. Ao mesmo tempo, em todo o País, trabalhadores com as mesmas convicções mobilizavam-se na criação da Central Única dos Trabalhadores-CUT- que Aldanir abraçou imediatamente.

Já casado, com filhos, dividia seu tempo entre a família, as lutas sindicais e o movimento popular. Participava ativamente nas mobilizações de sua categoria e em apoio a outros Sindicatos. Preocupado com a difícil situação de vida da população negra e de periferia, militou no Movimento Negro Unificado – MNU, com muita força e determinação. Finalmente, em 1994, participou da chapa de oposição que conquistou o então Sindicato dos Urbanitários.

Foi eleito em assembleia o Representante dos Trabalhadores no Conselho de Administração da Light e abriu um novo espaço em defesa dos trabalhadores.

Dividia seu tempo entre os trabalhos no Sindicato, as atividades e encontros promovidos pela Federação Nacional dos Urbanitários-FNU/CUT, à qual o Sindicato é filiado e as mobilizações nacionais e estaduais promovidas pela Central Única dos Trabalhadores. Movimentos populares e MNU.

No final do ano 2000 foi eleito presidente do SINTERGLA/RJ.

Aldanir recebeu o respeito e a admiração de seus companheiros. Nós do MNU estamos prestando esta homenagem ao Companheiro não só porque convivemos com ele e como ele sonhamos projetos de crescimento. Esta homenagem é, antes de tudo para lembrar o companheiro Aldanir, que via sempre espaço e momento para sair em defesa daquilo em que acreditava.

Vozes mulheres

• por Conceição Evaristo

A voz de minha bisavó ecoou
criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos – donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoava versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome

A voz de minha filha
recolhe todas as vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
Recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem- o hoje- o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida - liberdade



Os livros podem ser
encomendados por e-mail

Coleção enfoca a escravidão negra no Brasil

A escravidão sempre foi um tema estudado pelas bordas no Brasil, com algumas exceções. Em 1988, com o centenário da abolição, o tema ganhou espaço, mas logo foi abandonado, saiu de moda. Em 2002, a editora da Universidade de Passo Fundo deu um passo importante e lançou a coleção Malungo. São vários exemplares, de diferentes autores, abordando os mais diversos aspectos da escravidão negra no país.

Confira os títulos já editados:

• *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista* – Mário Maestri

• *Crise e resistência no escravismo colonial: os últimos anos da escravidão na Província do Rio de Janeiro* – Théo Lobarinhas Piñero

• *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso (1718-1888)* – Maria do Carmo Brazil

• *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)* – Solimar Oliveira Lima

• *Deus é grande, o mato é maior: trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul (1680-1888)* – Mário Maestri

• *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)* – Valéria Zanetti

• *Experiências Atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil (séc. XVII-XIX)* – Flávio dos Santos Gomes

• *A charqueada escravista gaúcha no século XIX: estudos* – Berenice Corsetti

• *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas (1822-1850)* – Ana Regina Falkembach Simão

Contatos com a editora podem ser feitos pelo e-mail editora@upf.tche.br.





Na luta contra a invisibilidade do negro na mídia

• por Maria Geneci Silveira

Maria José Motta, atriz, cantora, militante do Movimento Negro e filiada ao movimento Negro Unificado (tem Lélia Gonzales como sua "guru"). No momento trabalhando em novelas e está vice-presidente da FUNARTE (Fundação Nacional de Arte).

E presidente criadora do CIDAN (Centro de Informação e Documentação do Artista Negro).

Mas quem é Zezé?
(Risos) Sou apenas uma mulher.

Com esta pergunta começamos uma entrevista agradável com Zezé Motta

Além da novela, qual trabalho voce esta desenvolvendo?

No momento estou presidente da FUNARTE (o mandato acaba dia 31 de dezembro) e presidente do CIDAN, e acho que válido explicar o que é este Órgão. O CIDAN foi criado porque eu notei a quase invisibilidade do negro na mídia. Então foi criado um banco de dados Nacional onde hoje, por exemplo, existem todos os trabalhos arquivados de artistas negros. Este cadastro é atualizado sempre e os produtores utilizam sempre para contratar estes artistas. Já existem provas palpáveis da influência positiva deste cadastro no aumento do número de artistas negros no nosso cinema. Os filmes Cruz e Souza, Xangô de Backer Street tem 6 negros cada e Cabo Verde, 10.

Nós também implantamos um curso de teatro para ado-

lescentes que é ministrado pela Comunidade Solidária Itinerante. O curso é financiado pelo Ministério do Trabalho, Fundação Ford, através da Fundação Palmares. Os resultados deste trabalho também já estão sendo vistos, com ex-alunos do curso atuando no mercado cinematográfico como no filme Cidade de Deus onde o fotógrafo é interpretado por um deles. Mas a essência do curso é trabalhar a auto-estima do negro.

Nas novelas negros e negras fazem quase sempre papéis subalternos embora a luta por valorização. O que voce acha disso?

Depois de uma batalha de quase 30 anos de carreira se pode ver a mídia timidamente cedendo, já que hoje, devido a lei de cotas há uma preocupação em inserir um maior número de artistas negros. Acho que as(os) negras(os) podem fazer papel de empregadas(os) domésticas(os) mas também precisam fazer parte da trama, Ter família, mãe, pai, namorado. E no momento isto já acontece em horário nobre.

A luta que voce iniciou pelos atores e atrizes negros (as) continua e tem tido vitórias?

Sim, os endereços estão sempre sendo atualizados, telefones para contato. Porque as pessoas se mudam e com isso os produtores os perdem. Assim não há como alguém perder de fazer um trabalho. As vitórias eu já mencionei.

Qual a sua opinião sobre Cotas nas Universidades e Reparações?

De um modo geral o País tem uma dívida com o povo negro. Nós temos direito a uma reparação sim, já que nossos antepassados foram trazidos contra a sua vontade e escravizados, mas quanto a que reparações isto eu ainda preciso elaborar minha própria opinião.

Com voce aconteceram casos de racismo? Quais?

Sim. O racismo tradicional. Não poder entrar pela porta da frente ou usar o elevador social.

O que faria Zezé rodar a baiana?

(Risos) Ciúmes do namora-

do ou injustica. Sou filha de Oxum com Iansã, mas sempre digo que sou mais Oxum, calma, tranquila, então só rodo a baiana mais ou menos de 6 em 6 meses

Voce milita no MNU desde quando?

Depois do filme Chica da Silva eu dava 2 a 3 entrevistas por dia. Vi no Jornal um curso com Lélia Gonzales, fui me informar e acabei fazendo o curso que ajudou muito. A partir daí, procurava Lélia sempre que tinha alguma dúvida. Ficamos muito amigas. Lélia se transformou assim em minha "guru".

Quando aconteceu a sua conscientização quanto 'a discriminação e quanto 'a esquerda?

Exatamente quando conheci Lélia Gonzales, após Chica da Silva. Notei que era necessário fazer alguma coisa e assim nasceu o CIDAN.

Fale sobre a violência contra a mulher.

A violência é algo que devemos esclarecer as mulheres quanto a procurarem seus di-

reitos. Trabalhar o homem agressor, para que não continue fazendo vítimas. E no mais é lutar e lutar contra a violência.

Quais as suas perspectivas quanto ao governo Lula?

Tudo de bom. Lula é um predestinado, um iluminado, portanto o que vier dele só pode ser bom.

E sobre um ministro negro e artista (Gilberto Gil) no governo?

Não deu tempo para pensar, mas também devem ser coisas boas. Gil é, comprometido com o meio ambiente, tem uma luta em favor disso, e deve fazer coisas boas.

Você virá ao Fórum Social Mundial?

Dificilmente, devido aos compromissos e as gravações. Mas estarei em Brasília para assistir a posse de Luis Inácio Lula da Silva.

Para conhecer o CIDAN: site www.cidan.org.br